



Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº 3.488/2018

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, GERIDO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES – IPASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que, a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias, referentes à diferença de Alíquota Suplementar, devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências Abril/2017 a Outubro/2017, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008.

Parágrafo Único - É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º - Para apuração do montante devido a serem parcelados os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 3º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

N



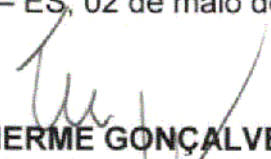
Prefeitura Municipal de Alegre
Estado do Espírito Santo
Secretaria Municipal de Administração

Art. 5º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo Único - A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam - se as disposições em contrário.

Alegre – ES, 02 de maio de 2018.


JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DOS PODERES
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Sexta-feira, 04 de Maio de 2018

Edição Nº24727

DIVERSOS

Prefeituras

Alegre

LEI Nº 3.488/2018

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS, GERIDO PELO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES - IPASMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que, a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias, referentes à diferença de Alíquota Suplementar, devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, das competências Abril/2017 a Outubro/2017, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS nº 402/2008.

Parágrafo Único - É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º - Para apuração do montante devido a serem parcelados os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 3º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

Art. 4º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por

cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 5º - Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo Único - A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de maio de 2018.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal

Protocolo 394618

DECRETO Nº 10.941/2018

Concede aposentadoria a servidora pública municipal **GLEIDE GONÇALVES MORET**, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que o cargo lhe confere,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária integral, a servidora **GLEIDE GONÇALVES MORET**, no cargo estatutário de Auxiliar de Administração Municipal, Padrão I, Referência XIV, em conformidade com o art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", da CF/88 e concomitantemente com art. 3º, incisos de I a III e seu parágrafo único, da EC 47/2005, com proventos iguais à última remuneração e paridade, de acordo com Processo Administrativo n.º 2095/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 02 de maio de 2018.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA MANOEL CORRENTE
Secretária Municipal de Educação

JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA
Diretora Executiva do IPASMA

Protocolo 394670

DECRETO Nº 10.942/2018

Concede aposentadoria a servidora pública municipal **ANÉLIA MARIA DE OLIVEIRA**, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso

das atribuições que o cargo lhe confere,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por idade, proporcional ao tempo de contribuição, a servidora **ANÉLIA MARIA DE OLIVEIRA**, no cargo estatutário de Auxiliar de Enfermagem, Padrão F, Referência IV, com base no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da CF/88 e, em conformidade com a EC 41/2003, como consta do Processo Administrativo n.º 1534/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 02 de maio de 2018.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal

ADALBERTO LOUZADA ROCHA
Secretário Municipal de Saúde

JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA
Diretora Executiva do IPASMA

Protocolo 394678

DECRETO Nº 10.943/2018

Concede aposentadoria a servidora pública municipal **CLEIDE DO CARMO**, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que o cargo lhe confere,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária integral, a servidora **CLEIDE DO CARMO**, no cargo estatutário de Professor PA, Padrão 5, Referência I, em conformidade com o art. 40, §1º, inciso III, alínea "a", da CF/88 e concomitantemente com art. 6º, da EC 41/2003, com proventos iguais à última remuneração e paridade, de acordo com Processo Administrativo n.º 969/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

Alegre (ES), 02 de maio de 2018.

JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR
Prefeito Municipal

SIMONE APARECIDA MANOEL CORRENTE
Secretária Municipal de Educação

JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA
Diretora Executiva do IPASMA

Protocolo 394681

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 008/2018

CONTRATADA:
ANA LUCIA SALVADOR PEREIRA
- CPF nº 039.289.907-80

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES.

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a RESCISÃO TOTAL e AMIGAVEL do Cont. 008/2018, por acordo entre as partes.

Alegre/ES, 20 de Abril de 2018.

José Guilherme G. Aguiar
Prefeito Municipal
Protocolo 394655

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 044/2017

CONTRATADO:

AULER SAMUEL DA ROSA

- CPF nº 015.329.047-11

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES.

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a RESCISÃO TOTAL e AMIGAVEL do Cont. 044/2017, por acordo entre as partes.

Alegre/ES, 18 de Abril de 2018.

José Guilherme G. Aguiar
Prefeito Municipal
Protocolo 394657

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 095/2017

CONTRATADA:

MARIA ELY DE OLIVEIRA MORAIS

- CPF nº 014.077.907-81

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES.

DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a RESCISÃO TOTAL e AMIGAVEL do Cont. 095/2017, por acordo entre as partes.

Alegre/ES, 10 de Abril de 2018.

José Guilherme G. Aguiar
Prefeito Municipal
Protocolo 394660

O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES

DIVULGA

EXTRATO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 062/2015

MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

Pregão Presencial 023/15 (Rep. I)

CONTRATADA:

LESTESUL CONSTRUTORA E

TRANSPORTES LTDA - ME

- CNPJ nº 06.184.612/0001-68.

CONTRATANTE: PREFEITURA

MUNICIPAL DE ALEGRE-ES.

- O presente termo tem por objeto a RESCISÃO AMIGAVEL do Contrato nº 062/2015 oriundo do Pregão Presencial nº 023/2015 (Rep. I), a contar da presente data, conforme informações coligidas para os autos do Proc. Nº 2150 de 16/04/2018.

- A presente rescisão se dá por comum acordo entre as partes, de forma amigável, mediante o presente INSTRUMENTO, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Alegre/ES, 19 de Abril de 2018.

José Guilherme G. Aguiar
Prefeito Municipal
Protocolo 394663